

PLANO NACIONAL DE SAÚDE 2030

POLICY BRIEF

RECOMENDAÇÕES PARA A SAÚDE
SUSTENTÁVEL NAS AUTARQUIAS:
DA PARTICIPAÇÃO LOCAL À AÇÃO
MULTISSETORIAL - PNS 2030 ■

Equipa Técnica do Plano Nacional
de Saúde, Direção-Geral da Saúde,
maio de 2026



ENQUADRAMENTO ■

A promoção da saúde sustentável ao nível local exige uma abordagem integrada, participada e orientada pelos princípios do Plano Nacional de Saúde 2030 (PNS 2030). O reforço da ação inter e multissetorial, a mobilização das comunidades e a intervenção sobre os determinantes sociais, económicos e ambientais constituem eixos para alcançar ganhos em saúde e reduzir desigualdades, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Neste contexto, as autarquias assumem um papel estratégico na criação de ambientes promotores de saúde, na operacionalização de políticas públicas e na dinamização de respostas adaptadas às necessidades dos territórios. A definição de políticas locais deve assentar em processos de planeamento baseados em evidência, nomeadamente, através dos Planos Locais de Saúde (PLS), enquanto instrumentos orientadores para a identificação de necessidades, definição de prioridades e desenvolvimento de intervenções adequadas aos contextos populacionais. A integração efetiva dos PLS nos instrumentos municipais e intermunicipais de planeamento reforça a coerência das opções políticas, a coordenação institucional e a capacidade de resposta às desigualdades em saúde.

A operacionalização da saúde em todas as políticas (*“Health in All Policies”*) requer o envolvimento ativo e colaborativo de todos os stakeholders, entre os quais autarquias, Unidades Locais de Saúde (ULS), instituições de ensino, setor social, organizações comunitárias e os próprios cidadãos. A articulação multissetorial, a partilha de informação e a responsabilização constituem condições essenciais para fortalecer a resiliência dos territórios e promover melhorias sustentadas nos resultados em saúde e bem-estar.

Tendo como principal referencial o PNS 2030, identificam-se algumas das recomendações a considerar num contexto local.



Reforçar a Governação Local em Saúde Sustentável



Fomentar a Participação, o Compromisso Comunitário e a Consolidação de Redes Locais para a Saúde Sustentável



Reduzir as Desigualdades em Saúde - “Não Deixar Ninguém para Trás”



Fortalecer o Acesso a Cuidados de Saúde de Qualidade e Sustentáveis



Criar Ecossistemas e Comunidades Resilientes e Promotoras de Saúde



Chamada para a ação

REFORÇAR A GOVERNAÇÃO LOCAL EM SAÚDE SUSTENTÁVEL ■



Objetivo: assegurar que a saúde sustentável é um eixo transversal em todas as políticas (*Health in All Policies*), reforçando a efetividade das intervenções.

O reforço da governação local deve basear-se na integração efetiva dos PLS nos instrumentos de planeamento municipal e intermunicipal, garantindo o alinhamento com o PNS 2030 e com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Esta abordagem deve assentar numa ação trans e multissetorial sobre todos os determinantes de saúde, incluindo os demográfico-sociais, económicos e ambientais, como condição essencial para alcançar uma saúde sustentável.



Orientações para a ação local

- Reforçar estruturas locais de coordenação intersectorial, no âmbito das Estratégias Municipais de Saúde, envolvendo as áreas-chave com impacto nos vários determinantes de saúde - habitação, ambiente, educação, proteção e segurança, cuidados de saúde, alimentação, economia, cultura e lazer - orientando a intervenção para uma ação local mais transversal, abrangente, efetiva e sustentada na evidência disponível.
- Assegurar o alinhamento das Estratégias Municipais de Saúde e dos instrumentos de planeamento local com as necessidades, objetivos de saúde e estratégias de intervenção definidas nos PLS.
- Potenciar a partilha de informação ao nível local, recorrendo a sistemas de informação estruturados ou de carácter informal/ocasional, relacionados com determinantes de saúde, contribuindo para a melhoria dos processos de tomada de decisão.

FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO, O COMPROMISSO COMUNITÁRIO E A CONSOLIDAÇÃO DE REDES LOCAIS PARA A SAÚDE SUSTENTÁVEL ■



Objetivo: traduzir o princípio “de tod@s para tod@s” em práticas de cocriação e corresponsabilidade, com envolvimento efetivo das comunidades.

O fortalecimento da participação comunitária e das redes locais em saúde assenta na mobilização ativa da sociedade civil e na dinamização de parcerias entre os diferentes sectores para a definição, implementação e monitorização das políticas locais promotoras de saúde. A coesão territorial e social emerge desta ação conjunta, que reforça o sentido de corresponsabilidade e promove comunidades mais saudáveis e resilientes.



Orientações para a ação local

- Promover Compromissos Locais abrangentes (multissetoriais) para a Saúde Sustentável (CLaSS), estabelecidos com os diferentes stakeholders, no âmbito dos PLS, em alinhamento com os mesmos, e em colaboração com as ULS, que possam vir a integrar o Pacto Saúde Sustentável (PaSSus) 2030.
- Criar espaços e momentos de cocriação através de Fóruns Locais de Saúde Sustentável, em alinhamento com os PLS e em colaboração com as ULS, para envolver cidadãos e organizações comunitárias na identificação de prioridades e construção de soluções locais.
- Incentivar o trabalho em rede dentro de cada município, entre municípios e comunidades intermunicipais, valorizando a partilha de conhecimento, boas práticas e recursos.

REDUZIR AS DESIGUALDADES EM SAÚDE - “NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS” ■



Objetivo: Contribuir para a promoção de equidade em saúde.

A redução das desigualdades em saúde implica uma abordagem orientada para as populações de maior vulnerabilidade e/ou geograficamente isoladas, assegurando respostas adequadas às suas necessidades. O desenho e implementação de políticas, estratégias, programas/projetos e atividades com especial foco nos determinantes demográfico-sociais e económicos da saúde - habitação, ambiente, educação, proteção e segurança, cuidados de saúde, alimentação, economia, cultura e lazer - constitui um elemento central neste processo.



Orientações para a ação local

- Implementar mecanismos específicos de auscultação e integração dos grupos socioeconomicamente mais vulneráveis, em articulação com os objetivos e prioridades definidos nos PLS.
- Integrar o princípio da equidade como critério transversal nas Estratégias Municipais de Saúde e nas políticas setoriais locais.
- Monitorizar sistematicamente indicadores de desigualdade em saúde e promover intervenções baseadas em evidência a nível local.
- Utilizar o princípio do universalismo proporcional no planeamento e alocação de recursos: as ações para reduzir as desigualdades sociais e na saúde devem ser universais, mas com uma intensidade e escala proporcionais ao grau de desvantagem ou necessidade dos diferentes grupos e/ou territórios.

FORTALECER O ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE DE QUALIDADE E SUSTENTÁVEIS ■



Objetivo: dinamizar sistemas locais de saúde sustentáveis, centrados na pessoa, adaptados às realidades locais e promotores de equidade, qualidade e eficiência.

O reforço do investimento municipal em estratégias que facilitem o acesso equitativo a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis, centrados na pessoa e ajustados às realidades locais, em articulação com as ULS e outros stakeholders, é determinante para a resiliência do sistema de saúde. A saúde sustentável procura um equilíbrio entre a qualidade dos cuidados, a responsabilidade ambiental e a viabilidade económica a longo prazo, usando a inovação para construir um (eco)sistema de saúde mais resiliente para todos, sem deixar ninguém para trás.



Orientações para a ação local

- Apoiar/promover projetos e programas municipais de promoção da saúde e prevenção da doença, desenvolvidos em articulação com as ULS, em alinhamento com os Programas Nacionais de Saúde, o PNS 2030 e com os respetivos PLS.
- Promover a integração de cuidados, em particular nas áreas da saúde materna, infantil, sexual e reprodutiva e envelhecimento ativo, entre outras.
- Reforçar o investimento nos determinantes relacionados com a redução das iniquidades e melhoria do acesso a cuidados de saúde, pela sua importância crescente para a sustentabilidade do sistema de saúde e a melhoria dos resultados em saúde.
- Apoiar serviços e cuidados de saúde sustentáveis, ou seja, aqueles que se focam em oferecer cuidados acessíveis, equitativos e de qualidade, integrando a eficiência ambiental (infraestruturas, energia, água, resíduos), a inovação e transformação digital para otimizar processos e a saúde pública (planeamento, prevenção, literacia) para garantir a longevidade do sistema e o bem-estar da população.

CRIAR ECOSSISTEMAS E COMUNIDADES RESILIENTES E PROMOTORAS DE SAÚDE ■



Objetivo: promover comportamentos, culturas e comunidades saudáveis, através do aumento dos níveis de literacia em saúde e do apoio a políticas locais de saúde baseadas em evidência científica.

A criação de ecossistemas e comunidades promotoras de saúde baseia-se numa abordagem integrada que valoriza a sustentabilidade ambiental, social e financeira, reforçando a capacitação das populações e a melhoria dos níveis de literacia em saúde. O investimento em políticas municipais que promovam ambientes saudáveis, a comunicação em saúde e a tomada de decisão baseada em evidência constitui um eixo estratégico para a governação local em saúde. A valorização da informação, da ciência, da inovação e da colaboração interinstitucional consolida esta visão e potencia a geração de conhecimento com maior aplicabilidade na ação local.



Orientações para a ação local

- Desenvolver políticas, programas e projetos locais que incentivem estilos de vida saudável e ambientes físicos, sociais e culturais promotores de saúde, incluindo promoção de mobilidade ativa, alimentação equilibrada, acesso a espaços verdes, envelhecimento ativo e combate ao isolamento social, entre outros, tendo como referência as orientações dos Programas de Saúde Nacionais, em alinhamento com o PNS 2030.
- Implementar estratégias municipais de promoção de literacia em saúde alinhadas com o Plano Nacional de Literacia em Saúde e Ciências do Comportamento 2023-2030, adaptadas às especificidades das populações locais e desenvolvidas em colaboração com as ULS, instituições de ensino superior e instituições comunitárias.
- Integrar a dimensão ambiental nas políticas, estratégias, programas/projetos locais, prevenindo o impacto das alterações climáticas e outros riscos ambientais na saúde das populações.



CHAMADA PARA A AÇÃO

O reforço da saúde sustentável ao nível local exige uma ação estratégica, integrada e baseada em evidência, ancorada nos Planos Locais de Saúde e alinhada com o Plano Nacional de Saúde 2030. As autarquias são chamadas a assumir um papel ativo na liderança da ação inter e multisectorial, na mobilização dos diferentes stakeholders e na tradução dos compromissos nacionais e globais em políticas e intervenções concretas a nível local, para a saúde sustentável. Investir em governação colaborativa, planeamento sustentado e capacitação das comunidades é determinante para reduzir as desigualdades em saúde e promover o bem-estar, sem deixar ninguém para trás.

Planear e preservar comunidades saudáveis, económica e socialmente justas e ambientalmente adequadas

AMBIENTE

- Acesso a jardins, parques infantis; zonas pedonais; ciclovias; hortas comunitárias
- Transportes públicos acessíveis, multimodais (sobretudo, nas zonas mais carenciadas ou isoladas)
- Prevenção de incêndios
- Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reparar, Reciclar

HABITAÇÃO

- Acessível; adaptada às temperaturas extremas; com eficiência energética
- Com saneamento das águas residuais
- Sem fumo interior
- Zonas residenciais mistas, sem segregação residencial

EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- Escolas seguras, com edifícios preservados, acessíveis a pé, ligadas aos principais recursos da comunidade (incluindo o mercado de trabalho)
- Centros de investigação atentos às necessidades das pessoas e das comunidades

PROTEÇÃO E SEGURANÇA

- Prevenção da violência e criminalidade, sobretudo, nas zonas mais desfavorecidas
- Prevenção de acidentes (domésticos, rodoviários, de trabalho, afogamentos)
- Preparação e resposta a emergências

CUIDADOS DE SAÚDE

- Acesso a médico/a de família e a cuidados preventivos
- Acesso a cuidados continuados e cuidados paliativos
- Promoção da saúde em todos os níveis de cuidados
- Setor da saúde mais “verde” (serviços e cuidados de saúde sustentáveis)

ALIMENTAÇÃO

- Acesso a produtos frescos e apoio a produtores locais
- Disponibilidade de alimentos saudáveis, a preços acessíveis, sobretudo, nas zonas mais carenciadas
- Promoção e incentivo ao consumo de pratos regionais saudáveis

ECONOMIA

- Treino das famílias em economia doméstica
- Apoio às empresas e comércio locais
- Acesso a trabalho digno em todas as situações e fases da vida ativa (e.g. jovens, mulheres, pessoas com deficiência, migrantes)
- Economia circular

CULTURA, LAZER, SOCIEDADE

- Acesso a bibliotecas, museus, espaços para concertos, teatro, dança, cinema, oficinas de arte
- Acesso intergeracional a espaços de promoção da atividade física
- Espaços de culto; grupos de entajuda
- Animais de companhia/terapia

